

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 518.683 - RS (2019/0187874-4)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : CLEBER LOPES RAMOS
ADVOGADO : FERNANDO FRANCO DA CRUZ - RS103842
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão que não conheceu do *habeas corpus* ante a sua manifesta inadmissibilidade.

Sustenta o agravante, em síntese, que a sua defesa jamais postulou o revolvimento de matéria fático-probatória por meio deste writ, "*mas tão somente demonstrar que o decreto prisional não foi devidamente fundamentado*" (e-STJ fl. 121).

Defende a inexistência de elementos capazes de demonstrar a possibilidade de reiteração delitiva e, assim, entende inadequado manter sua prisão cautelar a pretexto de garantir a ordem pública.

Requer o provimento da insurgência para que a ação penal seja trancada, bem como para que a sua custódia seja substituída por cautelares diversas.

É o relatório.

Verifica-se que o presente agravo foi interposto em **25.9.2019** (e-STJ fl. 127), tendo a decisão impugnada sido publicada em **18.9.2019** (e-STJ fl. 117), o que revela a intempestividade do inconformismo, pois apresentado fora do prazo previsto no art. 258, *caput*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO FORA DO PRAZO LEGAL. INTEMPESTIVIDADE.

I - "O prazo para interposição de agravo regimental, em processo penal, é de 5 dias, de acordo com os arts. 39 da Lei n. 8.038/1990 e 258 do RISTJ. 2. Mesmo após a entrada em vigor da Lei n. 13.105/2015 (Código de Processo Civil), o prazo para a interposição de agravo regimental continuou sendo regido pelo art. 39 da Lei n. 8.038/1990 [...]" (AgInt no HC n. 380.298/SC, Sexta Turma, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, DJe de 2/2/2017).

II - No caso dos autos, a decisão monocrática agravada foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico em 19/02/2019 e considerada publicada em 20/02/2019 - Quarta-feira (fl. 469), findando-se o prazo recursal em 25/02/2019 (segunda-feira). O presente recurso, contudo, somente foi interposto em 28/02/2018, sendo, pois, manifesta a sua intempestividade.

Agravo regimental não conhecido.

(AgRg nos EAREsp 1320032/CE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/05/2019, DJe 22/05/2019)

Superior Tribunal de Justiça

No mesmo norte:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERPOSTO APÓS O PRAZO DE CINCO DIAS, PREVISTO NO ART. 39 DA LEI N. 8.038/1990 E NO ART. 258, CAPUT, DO RISTJ. INTEMPESTIVIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.

1. É intempestivo o agravo regimental interposto fora do prazo de 5 (cinco) dias corridos, nos termos dos arts. 39 da Lei n. 8.038/1990, 258, caput, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça e 798, caput e § 3º, do Código de Processo Penal.

2. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça está fixado no sentido de que, "[...] em ações que tratam de matéria penal ou processual penal, não incidem as novas regras do Código de Processo Civil - CPC, referentes à contagem dos prazos em dias úteis (art.

219 da Lei 13.105/2015), ante a existência de norma específica a regular a contagem do prazo (art. 798 do CPP), uma vez que o CPC é aplicado somente de forma suplementar ao processo penal" (AgRg no AREsp n. 981.030/PE, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 16/2/2017, DJe 22/2/2017).

3. No caso, a decisão recorrida foi publicada em 8/8/2018, e o presente recurso foi interposto em 14/8/2018, quando já havia escoado o prazo para a sua interposição.

4. Agravo regimental não conhecido.

(AgRg no AREsp 1309031/PE, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 29/04/2019)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente agravo regimental.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI
Relator